



**XXII MOSTRA DE
INICIAÇÃO CIENTÍFICA**

A formatação e a revisão linguística são de responsabilidade dos autores.

**XIV SALÃO DE
EXTENSÃO, PESQUISA
E PÓS-GRADUAÇÃO**

**21^A25
OUT
2024**



DA (IM)POSSIBILIDADE DE RECONHECIMENTO DOS DIREITOS SUCESSÓRIOS DECORRENTES DE FILHOS CONCEBIDOS POR REPRODUÇÃO ASSISTIDA *POST MORTEM*

Graduação: Direito

Área temática: Negócios, administração e direito

Resultados: Parcial

Forma de apresentação: Oral on-line

Larissa Gabriele Drechsler Erthal ¹; Betina Heike Krause Saraiva²

RESUMO

O presente projeto aborda a reprodução assistida e direito sucessório no Brasil, focando na análise da possibilidade de reconhecimento dos direitos sucessórios de filhos concebidos por reprodução assistida post mortem. Apesar do avanço tecnológico permitir a concepção póstuma, a legislação brasileira não prevê garantias específicas para esses casos, levantando questões éticas e legais sobre a sucessão em tais circunstâncias. A pesquisa busca responder a seguinte problemática: É possível o reconhecimento dos direitos sucessórios dos filhos concebidos por meio de reprodução assistida post mortem no ordenamento brasileiro? O estudo visa investigar a viabilidade do reconhecimento dos direitos sucessórios de filhos concebidos por reprodução assistida post mortem no Brasil. Serão abordados conceitos da técnica, requisitos legais para sua realização, análise doutrinária das diferentes perspectivas e efeitos sucessórios, além da jurisprudência do STJ sobre o tema. A pesquisa será conduzida por meio de revisão bibliográfica e análise jurisprudencial, utilizando um método qualitativo que incluirá decisões judiciais.

Palavras-chave: Reprodução assistida . Reconhecimento . Sucessão. Post mortem .

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Felipe Cunha de. Aspectos controvertidos acerca da inseminação artificial (homóloga) post mortem e o direito sucessório, quando ausente autorização para o procedimento: uma visão institucionalista. Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Vol. 30. Porto Alegre: Editora Sulina. 2012. P.160.]

BRASIL. Decreto-Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Código Civil. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm. Acesso em: 28 mai. 2024.

GAGLIANO, Pablo S.; PAMPLONA, Rodolfo. Manual de direito civil. São Paulo: SRV Editora LTDA, 2024. E-book. ISBN 9788553620210. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553620210/>. Acesso em: 16 jun. 2024.

¹ Acadêmico das Faculdades Integradas de Taquara - FACCAT. larissadrechsler@sou.faccat.br

² Professor Orientador das Faculdades Integradas de Taquara - FACCAT. betinasaraiva@faccat.br